

**Políticas Públicas, Certificações e Contabilidade como Vetores da
Internacionalização do Pequeno Produtor Rural: Estudo sobre o Café Orgânico
Brasileiro**

RAQUEL PEREIRA FOCA
UNIUBE

Políticas Públicas, Certificações e Contabilidade como Vetores da Internacionalização do Pequeno Produtor Rural: Estudo sobre o Café Orgânico Brasileiro

Resumo

Este artigo analisa de forma qualitativa como políticas públicas, certificações internacionais e a contabilidade especializada contribuem para a inserção de pequenos produtores de café orgânico do Brasil no mercado internacional, com foco nas exportações diretas para os Estados Unidos. A partir de estudo de caso desenvolvido na Zona da Mata Mineira, aliado a revisão bibliográfica e análise documental, a pesquisa revela que a formalização fiscal, a rastreabilidade documental e a articulação logística são pilares essenciais para viabilizar a internacionalização em pequena escala. Os dados empíricos obtidos entre 2016 e 2023 demonstram que o papel do contador ultrapassa funções técnicas, configurando-se como elemento estratégico de governança rural. A combinação entre apoio público, organização contábil e demanda global por produtos sustentáveis posiciona o café orgânico brasileiro como agente de desenvolvimento territorial e inclusão produtiva.

Palavras-Chave: Contabilidade rural; Agricultura familiar; Exportação direta; Certificação; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização da produção agropecuária brasileira apresenta avanços significativos nas últimas décadas, consolidando o país como um dos maiores exportadores mundiais de commodities agrícolas. Em 2023, o agronegócio respondeu por 47,5% das exportações brasileiras, alcançando US\$ 166,5 bilhões, com destaque para a cadeia do café, cuja participação somou US\$ 9,22 bilhões em vendas externas (MAPA, 2024; CECAFÉ, 2024). No entanto, esse protagonismo é fortemente concentrado em grandes grupos exportadores, enquanto a participação da agricultura familiar e dos pequenos produtores no comércio exterior permanece residual e marcada por barreiras estruturais e institucionais.

A despeito de representarem cerca de 77% dos estabelecimentos rurais do país e responderem por 23% do valor bruto da produção agropecuária (IBGE, 2017; FAO, 2020), os pequenos agricultores enfrentam obstáculos significativos à exportação, como informalidade fiscal, ausência de capacitação técnica, dificuldade de acesso a certificações internacionais, além de custos logísticos e burocráticos elevados. A literatura acadêmica e os relatórios institucionais têm apontado que, nesse contexto, a atuação contábil especializada, aliada a políticas públicas estruturantes e à adoção de certificações internacionais, pode ser decisiva para a inclusão desses agentes no mercado global (BECKER, 2020; BRASIL, 2021).

No caso do café — especialmente o café orgânico, especial e regenerativo —, a demanda internacional por produtos sustentáveis, rastreáveis e socialmente responsáveis tem crescido de forma contínua, principalmente nos mercados europeu e norte-americano. Nos Estados Unidos,

por exemplo, o consumo de cafés certificados aumentou mais de 40% nos últimos cinco anos, com preferência por selos como USDA Organic, Fair Trade, Rainforest Alliance e Regenerative Organic (USDA, 2023; COFFEE BAROMETER, 2023). Como destaca a IFOAM (2022), a certificação orgânica se consolidou como uma ferramenta-chave para acessar mercados premium e agregar valor à produção de base familiar. Essa demanda abre oportunidade estratégica para pequenos produtores brasileiros, desde que organizados e apoiados por mecanismos técnicos e institucionais capazes de superar as barreiras de entrada.

Neste contexto, a contabilidade rural tem assumido um papel transformador, deixando de ser apenas uma prática técnica para se configurar como ferramenta estratégica de gestão e desenvolvimento territorial. Para Becker (2020), o contador rural atua como agente facilitador da formalização e da inserção mercadológica, orientando os produtores em aspectos tributários, documentais e gerenciais.

Este artigo investiga como políticas públicas, certificações internacionais e a atuação contábil especializada funcionam como estratégias de viabilização da exportação direta de pequenos produtores de café orgânico da Zona da Mata Mineira para os Estados Unidos. Parte-se da premissa de que a integração entre conhecimento técnico-contábil, apoio público e estratégias coletivas de comercialização pode configurar uma nova fronteira para a internacionalização da agricultura familiar, reposicionando a contabilidade como agente de transformação produtiva e institucional (BECKER, 2020; IFOAM, 2022; FAO, 2018).

A pesquisa se justifica por sua relevância empírica, dada a carência de estudos aplicados sobre a internacionalização de pequenos produtores de café certificados no Brasil, e também por sua contribuição teórica ao propor um olhar interdisciplinar sobre a atuação contábil no contexto do agronegócio sustentável. O artigo está estruturado da seguinte forma: na seção seguinte, apresenta-se o referencial teórico sobre políticas públicas, certificações e contabilidade rural; em seguida, descreve-se a metodologia adotada; posteriormente, discutem-se os resultados empíricos a partir do estudo de caso; e, por fim, são apresentadas as conclusões e contribuições para a gestão pública e contábil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à internacionalização

A agricultura familiar brasileira desempenha papel central na segurança alimentar e na geração de emprego no campo. Segundo a Lei nº 11.326/2006, o agricultor familiar é aquele

que utiliza predominantemente mão de obra própria, administra sua propriedade com base na economia familiar e possui renda limitada à produção agropecuária. Estima-se que 77% dos estabelecimentos rurais no país se enquadram nessa categoria, sendo responsáveis por cerca de 70% dos alimentos consumidos internamente (FAO, 2020).

Com o objetivo de promover sua inclusão produtiva, o Estado brasileiro desenvolveu um conjunto de políticas públicas estruturantes, destacando-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que oferece crédito subsidiado e assistência técnica. No que diz respeito à internacionalização, iniciativas como o Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX), coordenado pela ApexBrasil, buscam preparar pequenos negócios para inserção competitiva em mercados internacionais. Segundo dados da ApexBrasil (2023), mais de 2 mil micro e pequenas empresas do setor agroalimentar foram beneficiadas por programas de capacitação e prospecção comercial internacional nos últimos cinco anos.

Entretanto, a eficácia dessas políticas esbarra na fragmentação institucional e na carência de suporte técnico especializado, como a ausência de profissionais da contabilidade capacitados para lidar com as exigências fiscais, logísticas e sanitárias dos mercados externos. Para que a agricultura familiar acesse canais de exportação direta, é imprescindível a articulação entre apoio estatal, formação profissional e estratégias coletivas de produção e comercialização (Araújo & Silva, 2022).

2.2 A contabilidade como instrumento estratégico na agricultura de pequeno porte

Tradicionalmente associada ao controle financeiro e à escrituração fiscal, a contabilidade rural vem adquirindo status estratégico nas últimas décadas, sobretudo frente aos desafios da competitividade, da rastreabilidade e da conformidade regulatória. No contexto da agricultura familiar, sua aplicação ultrapassa a simples organização de documentos, tornando-se ferramenta essencial para acesso a políticas públicas, regularização junto a órgãos certificadores e negociação com agentes financeiros e logísticos (Becker, 2020).

Becker (2020) destaca que a ausência de práticas contábeis estruturadas limita a capacidade do pequeno produtor de acessar crédito, emitir documentos fiscais, participar de programas de certificação e atuar em mercados exigentes. Nesse sentido, o contador assume um papel multifuncional: além de técnico, atua como mediador institucional, tradutor das exigências regulatórias e agente de planejamento produtivo e tributário.

Ainda que a legislação contábil rural seja comum a todos os portes de produtores, sua aplicação prática depende de adaptações metodológicas e de linguagem, considerando as

especificidades socioculturais e econômicas dos agricultores familiares (Mendes & Rocha, 2021). A contabilidade, nesse cenário, atua não apenas como sistema de registros, mas como tecnologia social que estrutura o processo de desenvolvimento territorial e inserção mercadológica.

2.3 Certificações internacionais como facilitadoras da exportação direta

No comércio internacional, especialmente de produtos agroalimentares, as certificações funcionam como passaportes regulatórios, conferindo credibilidade, rastreabilidade e valor agregado aos produtos. Selos como USDA Organic, Fair Trade, Rainforest Alliance e Regenerative Organic são exigências recorrentes em mercados como Estados Unidos, Canadá e União Europeia. Tais certificações atestam práticas ambientalmente responsáveis, condições de trabalho justas e origem rastreável, aspectos valorizados por consumidores conscientes (Coffee Barometer, 2023).

De acordo com a Organic Trade Association (2023), as vendas de alimentos orgânicos nos Estados Unidos superaram US\\$ 60 bilhões em 2022, com o café figurando entre os cinco produtos mais consumidos nesse segmento. O crescimento da demanda por cafés certificados gerou oportunidades para produtores de países do Sul Global, incluindo o Brasil. No entanto, para acessar esse mercado, é necessário cumprir exigências rigorosas de conformidade técnica, documental e logístico, cuja complexidade muitas vezes exclui os pequenos produtores.

A obtenção de certificações, quando associada a práticas contábeis organizadas e ao apoio de políticas públicas, torna-se um diferencial competitivo. Segundo Silva et al. (2022), iniciativas coletivas de certificação, como associações ou cooperativas, viabilizam a diluição de custos e o compartilhamento de know-how técnico. Nesse processo, a contabilidade atua no suporte documental, na análise de viabilidade econômica e na interface com certificadoras e órgãos reguladores.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, centrada na compreensão de um fenômeno complexo: o papel articulador da contabilidade, das certificações e das políticas públicas no processo de internacionalização de pequenos produtores rurais. A pesquisa está ancorada em um estudo de caso único e instrumental, conforme proposto por Stake (1995), permitindo a análise aprofundada de uma realidade empírica delimitada ao processo de exportação direta de café orgânico conduzido por produtores da Zona da Mata mineira, no estado de Minas Gerais.

3.1 Procedimentos metodológicos

A estratégia metodológica combinou análise documental, observação participante e revisão bibliográfica sistemática, compondo um triângulo metodológico que fortalece a confiabilidade e validade dos resultados (Denzin & Lincoln, 2011). A análise documental envolveu o exame de contratos de exportação, laudos técnicos de certificações, relatórios contábeis, notas fiscais, documentos de constituição jurídica (CNPJ), registros no sistema Radar/Siscomex e certificados como USDA Organic e Fair Trade. Todos os documentos analisados foram fornecidos diretamente pelos produtores participantes, com autorização formal para uso acadêmico.

A observação participante foi conduzida entre os anos de 2016 e 2023, durante o acompanhamento técnico-contábil de sete produtores de café orgânico certificados, organizados em uma rede informal de colaboração. A pesquisadora atuou como consultora contábil dos envolvidos, permitindo uma imersão longitudinal nas etapas de formalização, certificação, acesso a políticas públicas (como o PRONAF e o PEIEX) e operacionalização logística da exportação.

A revisão bibliográfica sistemática, por sua vez, foi conduzida entre fevereiro e abril de 2024, com busca nas bases Scielo, Periódicos CAPES, Google Scholar e Web of Science utilizando descritores como “contabilidade rural”, “agricultura familiar”, “certificações internacionais” e “exportação direta”. Os critérios de inclusão foram: publicações dos últimos dez anos, em português, inglês ou espanhol, com enfoque em políticas públicas, contabilidade aplicada ao meio rural ou processos de internacionalização de pequenas organizações.

3.2 Delimitação do estudo de caso

O estudo foca especificamente em pequenos cafeicultores localizados na região da Zona da Mata mineira, reconhecida por sua tradição cafeeira, predominância de propriedades familiares e crescente engajamento com práticas agroecológicas e certificações internacionais. Os produtores analisados possuem propriedades com áreas entre 5 e 15 hectares, operam com estruturas familiares e produzem, em média, de 80 a 200 sacas por safra. O volume exportado diretamente por unidade produtiva variou entre 3 e 15 sacas de 60 kg, com envios anuais para torrefações nos estados da Califórnia, Oregon e Nova York.

3.3 Estratégia de análise

Os dados foram organizados por meio de fichas analíticas e interpretados com base na análise de conteúdo temática, segundo os procedimentos metodológicos propostos por Bardin (2016). As categorias de análise foram previamente definidas com base no referencial teórico, sendo elas: (1) formalização contábil; (2) certificação internacional; (3) políticas públicas de apoio à exportação; (4) estratégias coletivas de comercialização; e (5) papel do contador como agente de integração institucional. As interpretações foram validadas por meio de triangulação com os documentos analisados e por validação empírica com os próprios produtores, reforçando o critério de credibilidade da pesquisa (Lincoln & Guba, 1985).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados empíricos obtidos a partir da atuação contábil junto a sete pequenos produtores de café orgânico da Zona da Mata mineira revelam que o processo de internacionalização direta, embora desafiador, é viável desde que respaldado por uma tríade estratégica: formalização contábil, certificação internacional e acesso articulado a políticas públicas de exportação.

4.1 Formalização contábil como base de acesso ao mercado externo

Todos os produtores analisados apresentavam, no início do processo, fragilidades significativas quanto à regularidade fiscal e documental. Apenas dois deles possuíam CNPJ ativo, e nenhum estava habilitado no sistema Radar/Siscomex da Receita Federal, exigência básica para exportações diretas. Após o acompanhamento técnico-contábil, foi possível constituir as empresas, emitir notas fiscais eletrônicas, acessar linhas de crédito via PRONAF e, sobretudo, organizar o fluxo financeiro necessário para negociar com compradores internacionais.

A atuação do contador nesse processo se mostrou essencial não apenas para questões técnicas (cadastro no Radar, enquadramento tributário, emissão de DREs), mas como agente de articulação entre o produtor, o despachante aduaneiro, a certificadora e a torrefação estrangeira. Esses achados corroboram os apontamentos de Becker (2020), segundo os quais a contabilidade rural, quando aplicada com abordagem estratégica, é uma ferramenta de inserção produtiva e comercial.

4.2 Certificações como diferencial competitivo e instrumento de rastreabilidade

Outro aspecto identificado foi o papel das certificações internacionais como elemento-chave para o acesso a nichos de mercado no exterior. Todos os produtores analisados possuíam

ao menos uma certificação reconhecida internacionalmente — entre elas, USDA Organic, Fair Trade ou Regenerative Organic. A obtenção desses selos exigiu suporte documental estruturado, controle de origem do produto, práticas ambientais sustentáveis e conformidade trabalhista, todas mediadas por relatórios e registros contábeis.

Segundo dados da Organic Trade Association (2023), o mercado norte-americano de alimentos orgânicos movimentou mais de US\\$ 60 bilhões em 2022, sendo o café uma das cinco categorias mais relevantes. As torrefações parceiras dos produtores brasileiros demonstraram interesse explícito em cafés com rastreabilidade completa, laudos de análise sensorial e garantia de origem. Esse perfil de demanda reforça a análise de Silva et al. (2022), que argumentam que as certificações não apenas agregam valor, mas funcionam como filtros de entrada nos mercados mais exigentes.

A certificação, no entanto, representa também uma barreira, sobretudo no que se refere aos custos. O processo de certificação USDA Organic, por exemplo, demandou investimentos médios de R\\$ 8 mil por produtor/ano, valor significativo para unidades familiares com baixo capital de giro. A solução encontrada foi a organização coletiva: a criação de um grupo de produtores que compartilhou custos com auditoria, consultoria técnica e tradução documental, além de realizar exportação conjunta (consolidação de carga). Tal arranjo reduziu os custos unitários em até 65% e reforçou o senso de pertencimento territorial.

4.3 Políticas públicas como suporte logístico e institucional

A pesquisa também identificou a importância de políticas públicas específicas no suporte ao processo de internacionalização. O acesso ao PEIEX, oferecido pela ApexBrasil, possibilitou a capacitação em comércio exterior, enquanto o PRONAF viabilizou o financiamento de estruturas de pós-colheita (beneficiamento, secagem, armazenagem) e a compra de insumos para manejo agroecológico.

Contudo, observou-se que a adesão a essas políticas ainda é limitada, sobretudo por falta de informação, entraves burocráticos e ausência de suporte técnico local. Isso reforça a necessidade de atuação intersetorial entre órgãos públicos, contadores, cooperativas e instituições de pesquisa para a criação de ecossistemas de apoio à exportação rural (Araújo & Silva, 2022).

4.4 Estratégias coletivas e o papel do contador como articulador

A exportação direta realizada pelos produtores analisados foi possível graças à formação de redes informais de colaboração, onde o contador assumiu um papel de gestor logístico e

institucional, organizando as etapas do processo: abertura de empresas, negociação de contratos, montagem documental, relacionamento com agentes de carga e consultorias para certificação.

O volume exportado, embora pequeno (variação de 3 a 15 sacas por unidade produtiva), foi suficiente para inserir os produtores no circuito internacional e garantir ganhos superiores ao mercado interno — em alguns casos, o preço recebido foi 30% a 50% maior do que o valor pago por atravessadores locais. Esse dado reforça o potencial de nicho da agricultura familiar quando bem organizada e conectada com os valores do mercado externo: sustentabilidade, rastreabilidade, justiça social.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa evidencia que a internacionalização de pequenos produtores de café orgânico no Brasil, embora desafiadora, é viável quando sustentada por um tripé composto por: organização contábil especializada, certificações internacionais e apoio de políticas públicas direcionadas. A análise qualitativa de sete produtores da Zona da Mata mineira demonstrou que, mesmo em contextos de baixa escala produtiva, é possível acessar o mercado norte-americano por meio de ações coletivas bem articuladas e mediação técnica estratégica.

A contabilidade, nesse processo, revelou-se um instrumento essencial de governança e integração institucional, extrapolando seu papel tradicional de registro e controle para atuar como vetor de formalização, viabilização documental, planejamento tributário e negociação internacional. Os dados mostram que o contador atua como elo entre o campo e o mercado externo, organizando informações financeiras, estruturando a documentação para certificações e garantindo a conformidade com as exigências fiscais e logísticas.

As certificações internacionais, por sua vez, foram decisivas para a entrada em nichos de mercado de alto valor agregado. Selos como USDA Organic e Fair Trade, embora onerosos, funcionaram como credenciais de confiabilidade e rastreabilidade, elementos centrais para consumidores estrangeiros que priorizam sustentabilidade, qualidade e impacto social. A organização coletiva dos produtores permitiu diluir os custos envolvidos e consolidar embarques viáveis economicamente, evidenciando que ações colaborativas são fundamentais para pequenos produtores atuarem no comércio exterior.

As políticas públicas analisadas — notadamente PRONAF e PEIEX — contribuíram como instrumentos de apoio financeiro e qualificação técnica, embora ainda apresentem limitações de alcance e articulação territorial. O estudo revela, portanto, a necessidade de

fortalecimento das políticas intersetoriais de apoio à agricultura familiar exportadora com ênfase em formação contábil especializada e simplificação de processos burocráticos.

Em termos teóricos, o artigo contribui ao reforçar a abordagem da contabilidade como tecnologia social aplicada ao desenvolvimento rural, dialogando com autores que propõem uma contabilidade transformadora e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No plano prático, oferece subsídios para gestores públicos, técnicos e produtores sobre os caminhos possíveis de inserção da agricultura familiar em mercados globais.

Como limitação, destaca-se o foco em um único estudo de caso, ainda que rico em profundidade e diversidade. Para futuras pesquisas, sugere-se a ampliação da análise para outros territórios e cadeias produtivas, bem como o aprofundamento dos impactos econômicos e sociais da exportação direta na renda, autonomia e resiliência dos produtores familiares.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS – ApexBrasil. **Relatório de Gestão** Brasília: ApexBrasil, 2023. Disponível em: [\[https://www.apexbrasil.com.br\]](https://www.apexbrasil.com.br)(<https://www.apexbrasil.com.br>). Acesso em: 25 jun. 2025.

ARAÚJO, L. M.; SILVA, J. R. Políticas públicas e inclusão produtiva na agricultura familiar brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 412–430, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220210182.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, E. L. Contabilidade aplicada à agricultura familiar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Gestão Rural**, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 201–218, 2020. DOI: 10.13037/rbgr.v36i2.5823.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

COFFEE BAROMETER. **The Coffee Barometer Report 2023**. Amsterdam: Conservation International, 2023. Disponível em: [\[https://coffeebarometer.org\]](https://coffeebarometer.org)(<https://coffeebarometer.org>). Acesso em: 26 jun. 2025.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2011.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Family Farming Knowledge Platform: Brazil country profile**. Roma: FAO, 2020. Disponível em: [\[https://www.fao.org/family-farming\]](https://www.fao.org/family-farming)(<https://www.fao.org/family-farming>). Acesso em: 22 jun. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos** Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: [\[https://www.ibge.gov.br\]](https://www.ibge.gov.br)(<https://www.ibge.gov.br>). Acesso em: 20 jun. 2025.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Beverly Hills, CA: Sage, 1985.

MENDES, A. C.; ROCHA, V. C. O papel do contador na gestão sustentável da agricultura familiar. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 89–104, 2021. DOI: 10.5007/2175-8069.2021.e77776.

ORGANIC TRADE ASSOCIATION – OTA. **Organic Industry Survey 2023**. Washington, DC: OTA, 2023. Disponível em: <https://ota.com>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SILVA, M. R.; CASTRO, G. H.; FERNANDES, P. L. Certificação participativa como instrumento de acesso a mercados diferenciados. **Cadernos de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br>. Acesso em: 24 jun. 2025.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.